



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

A EXPECTATIVA PARA A CONFERÊNCIA DE PARIS (COP-21)

DANILO CAVALCANTE DE VASCONCELOS

Universidade de Fortaleza
danilovasconcelos@unifor.br

FÁBIO FREITAS SCHILLING MARQUESAN

Universidade de Fortaleza
fabioschilling@yahoo.com.br

A EXPECTATIVA PARA A CONFERÊNCIA DE PARIS (COP-21)

Resumo

A partir da Revolução Industrial a humanidade intensificou a produção industrial e com isso elevou os níveis de emissões atmosféricas, contribuindo assim com o Efeito Estufa e com a elevação da temperatura do planeta. Por meio deste trabalho, pretendemos analisar os aspectos ambientais das negociações internacionais sobre as mudanças climáticas e a expectativa para a Conferência de Paris (COP21), a ser realizada em dezembro de 2015. Para isso, foi realizado um levantamento sobre os temas relevantes para o entendimento do aquecimento global e uma análise das negociações internacionais que ocorreram nas convenções sobre o clima, as chamadas Conferências das Partes (COP's) realizadas nos últimos anos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês). Visto que apesar de existir uma preocupação global crescente sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas e um certo "consenso" quanto a urgência de uma definição mais clara de metas para a redução das emissões atmosféricas e da geração da poluição por parte dos grandes produtores industriais, ao que parece a COP21 tem grandes possibilidades de não atender às expectativas da comunidade internacional e se caracterizar como outro fiasco histórico.

Palavras-Chave

Aquecimento Global; Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC); Conferência de Paris (COP21); Crítica; Capitalismo.

THE EXPECTATION FOR THE PARIS CONFERENCE (COP – 21)

Abstract

From the Industrial Revolution humanity intensified industrial production and thus increased levels of atmospheric emissions, thus contributing to the Greenhouse and raising the temperature of the planet. This essay aims to analyze the environmental aspects of international negotiations on climate change and the expectation for the Conference of Paris (COP21), to be held in December 2015. We conducted a research on topics relevant to the understanding of global warming and an analysis of international negotiations that have taken place in the climate conventions, the so-called Conference of the Parties (COP 's) conducted in recent years by the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). There is a growing global concern on climate issues and a "consensus" of the urgency in setting clear targets for reducing emissions to atmosphere and pollution however, it seems that COP21 have great chances of not meeting the expectations of the international community and be characterized as just another historical failure.

Keywords

Global Warming; Intergovernmental Panel on Climate Change; Paris Conference (COP21); Critics; Capitalism.

1. Introdução

Desde o início da história da humanidade que o Homem, de alguma forma, degrada a natureza para obter suas fontes de sobrevivência. Mas após o surgimento do capitalismo enquanto força organizadora da sociedade e a consolidação da Revolução Industrial, as mudanças causadas pela atividade humana aumentaram exponencialmente, sendo a busca incansável pelo lucro e pela acumulação de riquezas os principais impulsionadores da devastação ambiental que se pode observar na contemporaneidade.

A constatação de que tem havido uma elevação da temperatura da Terra nos últimos anos é uma das mais graves ameaças que a humanidade enfrenta. Não constitui novidade o fato de que as consequências desse problema já estão sendo sentidas pela população. Isso acontece em decorrência das alterações dos padrões climáticos pela ação antrópica, o que, por sua vez, altera de maneira significativa o ecossistema do planeta e a maneira como vivem os seres humanos.

Da preocupação com a manutenção dos recursos naturais e a redução dos níveis de emissões atmosféricas dos gases causadores do efeito estufa, são idealizadas negociações internacionais por parte de organismos de influência global, como a Organização das Nações Unidas. Junto a esses organismos, destaca-se a atuação de Governantes, empresas e a própria sociedade civil organizada no sentido de desenvolver soluções para problemas como as mudanças climáticas, a poluição e a preservação do meio ambiente.

Nesse contexto, as Conferências das Partes (COP's) caracterizam-se como um fórum internacional sobre mudanças climáticas onde as deliberações são operadas por meio de acordos entre representantes dos governos de todos os países que ratificaram os documentos ou relatórios, de modo que as decisões devem ser aprovadas por unanimidade. Apesar da grande preocupação de âmbito internacional que o problema suscita, pouco tem se identificado como ações concretas e eficientes em prol da preservação dos recursos naturais.

Os países desenvolvidos e/ou com grande produção industrial, como EUA e China, por exemplo, reconhecem o caráter crítico do aquecimento global, mas não se comprometem em definir metas para a redução das emissões atmosféricas. Além disso, apoiam-se em mecanismos paliativos (como mercado dos Créditos de Carbono) que acabam por contribuir para a ampliação da degradação ambiental e a exploração de combustíveis fósseis e que nada contribuem com a preservação do meio ambiente.

Enquanto outros países da Europa e da Ásia ainda tentam negociar soluções viáveis para a redução das emissões atmosféricas, a América Latina apenas assiste e aceita as decisões impostas pelas nações dominantes, seja pela força econômica ou mesmo política que esses países exercem. Diante disso, nosso objetivo, com este ensaio, é refletir criticamente sobre a problemática das mudanças climáticas e o dito “avanço” das negociações internacionais para a mitigação delas. Como decorrência dessa reflexão, arriscamos uma projeção do que se deve esperar para a conferência do IPCC de 2015.

Quanto à estrutura, o trabalho apresenta uma introdução; uma abordagem da atual perspectiva das evidências que caracterizam as mudanças climáticas; um panorama sobre os resultados obtidos nas últimas reuniões internacionais sobre o clima e, ainda, uma abordagem quanto as principais expectativas geradas para a Conferência de Paris (COP 21) que será realizada em dezembro de 2015 na França. Por fim são traçadas as considerações finais.

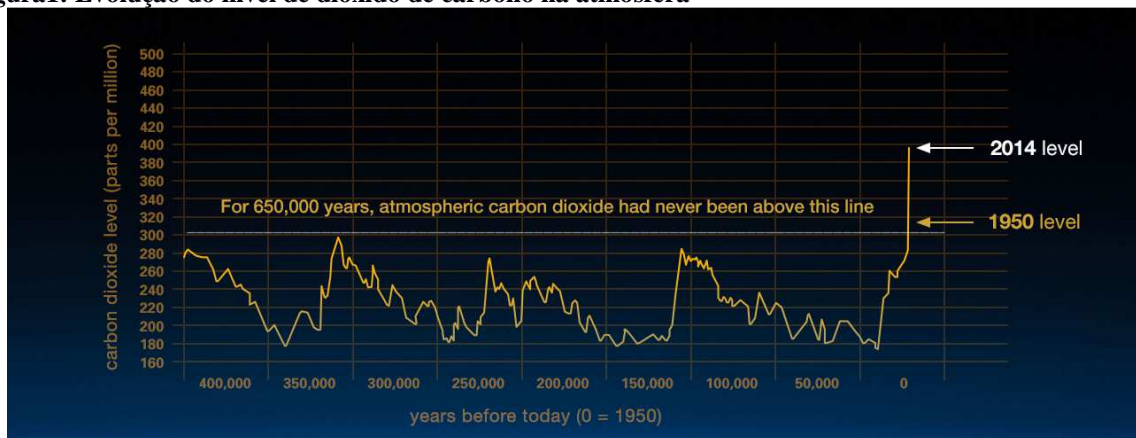
2. Mudanças Climáticas – Algumas Evidências

Ainda que de forma apelativa, sendo por vezes considerado algo não verídico, de caráter científico duvidoso, Al Gore aborda, no documentário “Uma Verdade Inconveniente”, de 2006, a questão das mudanças climáticas ocasionadas pela elevação dos níveis de dióxido de carbono (CO₂), principalmente, na atmosfera terrestre. Isso ocorre devido à produção industrial excessiva por parte dos países industrializados ou mesmo em fase de industrialização, sendo

que alcançou níveis exorbitantes, num crescente que tem como ponto de partida a Revolução Industrial e se estende até os dias de hoje (Figura 1). Nesse documentário, Al Gore enfatiza a maneira como os níveis excessivos de CO₂ na atmosfera terrestre dificultam a dissipação do calor que seria refletido pela Terra em direção ao espaço a partir dos raios solares que entram na atmosfera.

Os elevados níveis de poluição causados principalmente pela ação humana fazem com que a camada de ozônio se torne mais densa, o que mantém o calor na atmosfera por mais tempo, e com isso, ocorre o aquecimento do planeta (Figura 2). Tal fenômeno pode contribuir a uma aceleração no derretimento das calotas polares e com isso, a elevação do nível dos oceanos, causando assim impactos ambientais de grande magnitude principalmente em relação a degradação ambiental, a extinção de espécies e a escassez de recursos naturais, impactando assim numa redução expectativa de vida da humanidade.

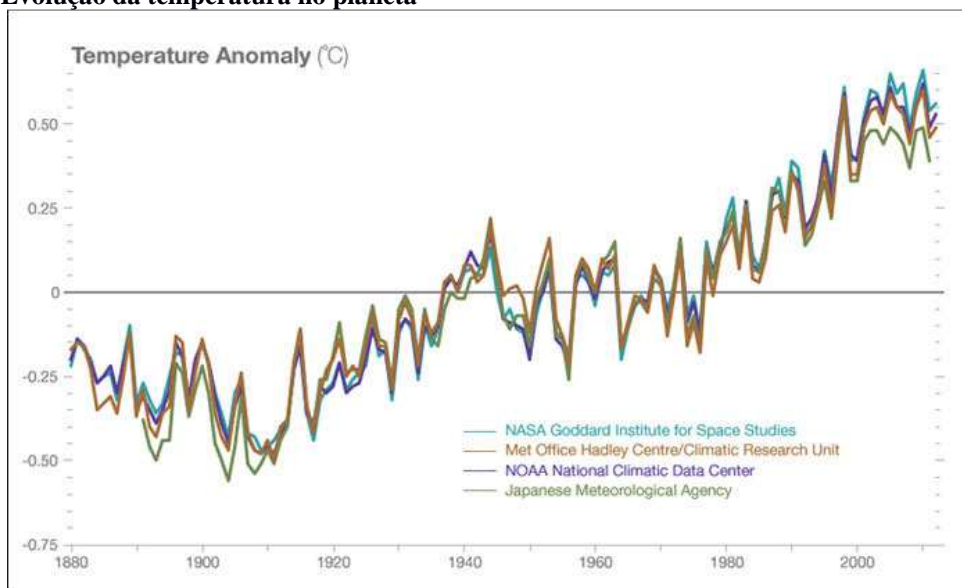
Figura1: Evolução do nível de dióxido de carbono na atmosfera



Fonte: NASA (2015)

Desta forma, é possível identificar uma expressiva elevação da temperatura global nos últimos 60 anos, principalmente, algo que inevitavelmente tem a ver com a ação humana. Alguns fatores são identificados como sendo as principais causas deste fenômeno, entre eles o desmatamento das florestas nativas, a degradação do solo pela agricultura de monocultura e a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) por meio da produção industrial (ROSTON e MIGLIOZZI, 2015).

Figura 2: Evolução da temperatura no planeta



Fonte: NASA (2015)

Não se pode omitir dessa conta os impactos gerados pela ação do homem – agente ativo no processo de degradação ambiental e emissão de GEE. Até o ano 2000 já éramos cerca de 6 bilhões de pessoas no mundo (OLIVEIRA, 2008) e já destruímos a maior parte das florestas, levamos à extinção diversas espécies de animais e plantas, conseguimos uma extensa desertificação devido a degradação do solo, poluímos a maioria das fontes de água potável do planeta e conseguimos ainda elevar a temperatura do planeta com os altos níveis de poluentes que emitimos durante todos estes anos (FORTANIER e KOLK, 2007; JESWANI, WEHRMEYER e MULUGUETTA, 2008; BERRY e RONDINELLI, 1998; LASH e WELLINGTON, 2007). Por conta disso, foi acelerado o processo do efeito estufa e a destruição da camada de ozônio e, como se não bastasse, ainda não conseguimos resolver a desigualdade social e todos os problemas gerados por ela que assolam o planeta e comprometem o desenvolvimento das próximas gerações.

A constatação nos últimos anos de um aquecimento global é uma das mais graves ameaças que a humanidade enfrenta, visto que os resultados já estão sendo percebidos pela população, devido às alterações dos padrões climáticos que, por sua vez, alteram de forma irreversível a maneira como vivem os seres humanos (WITTNEBEN, *et al*, 2012). As mudanças climáticas são o fenômeno de aumento médio da temperatura da Terra causado pelo avanço da concentração de alguns gases na atmosfera, os chamados Gases de Efeito Estufa (OLIVEIRA, 2008). Muitas atividades econômicas, por emitirem Gases de Efeito Estufa (GEE), são responsáveis por uma alteração das concentrações atmosféricas desses gases (JESWANI, WEHRMEYER e MULUGUETTA, 2008; BERRY e RONDINELLI, 1998; FORTANIER e KOLK, 2007; LASH e WELLINGTON, 2007).

Acredita-se que a temperatura atmosférica esteve num equilíbrio dinâmico até recentemente, e o aumento da concentração dos GEE provoca um acúmulo maior do calor emitido pela Terra a partir da luz solar na atmosfera. Os países mais industrializados têm nos processos industriais a sua fonte principal de emissões de GEE, enquanto que os países em desenvolvimento emitem esses gases majoritariamente devido às mudanças no uso do solo. Somente no Brasil, cerca de 80% das emissões tem origem nas queimadas de florestas e práticas agropastoris convencionais (KAUFFELD, MALHOTRA e HIGGINS, 2009; OLIVEIRA, 2008).

Lindner *et al.* (2014, p. 71) evidenciam estes impactos através de uma pesquisa que analisa as mudanças climáticas nas florestas da Europa no período de 1951 a 2000, em que “somente na última década (2002-2011) a elevação da temperatura nesta região foi de 1,3°C acima do nível do período pré-industrial, caracterizando-se como um aquecimento *record* desta década”. Estes autores defendem que caso não sejam tomadas ações drásticas para a redução das emissões de CO₂, identificado como fator primordial para o aquecimento global, é provável que a temperatura do planeta se eleve entre 3,5 e 6,2°C até a ano de 2100.

Em oposição a tais evidências, existe o discurso dos céticos, que se concentram em minimizar a importância da preocupação mundial com os impactos ambientais causados pelas mudanças climáticas. Para tanto, apoiam-se em teorias e dados estatísticos que indicariam que a elevação da temperatura do planeta não estaria associada à elevada produção industrial, ou mesmo às emissões atmosféricas causadas pelo consumo de combustíveis fósseis.

Mesmo os mais céticos sobre os perigos do aquecimento global estão reconhecendo que, simplesmente pelo fato de tantos outros estarem em uma mesma causa, o fenômeno tem implicações amplas e devastadoras (LASH e WELLINGTON, 2007, p. 2. Livre tradução)

Veiga e Vale (2008) defendem que esse tipo de postura consiste em um retrocesso na busca de soluções consistentes para a situação, e ainda são incisivos ao declarar que aguardar comodamente a intensificação do processo de esgotamento das reservas de carvão, petróleo e gás só servirá para tornar ainda mais frequentes e trágicos os conflitos bélicos motivados pelas crescentes desigualdades de acesso a tais recursos – opinião que também é compartilhada por Banerjee (2008). Por sua vez, Lindner *et al.* (2014, 76) alertam que o “processo de mudança climática também poderá afetar a população de insetos, o que aumentaria o risco de surtos de pragas e doenças, quer diretamente através dos efeitos sobre o crescimento da população e as taxas de sobrevivência, ou indiretamente, afetando a sobrevivência das árvores”.

Lefsrud e Meyer (2012) reforçam a importância de se tratar as mudanças climáticas como problema de ordem mundial, sejam estes impactos de natureza cíclica ou causados pela ação humana, como fator de gerenciamento de risco a fim de mitigar os possíveis desastres ambientais causados pela elevação da temperatura do planeta. O estudo deles é respaldado por uma pesquisa (survey) com 1077 profissionais de engenharia e geociências do Canadá, onde identificam os principais constructos do debate acerca da temática das mudanças climáticas.

Nosso estudo confirma que existem diferenças significativas de enquadramento sobre a existência da mudança climática antropogênica e os consequentes apelos à ação ou inércia em nível político e/ou organizacional, mesmo em meio aos profissionais entrevistados em um contexto geográfico específico (LEFSRUD e MEYER, 2012, p. 1498. Livre tradução).

O discurso mais cético, coincidentemente, é defendido pela indústria petrolífera e por governos de países desenvolvidos como uma ferramenta de dissolução dos movimentos ambientais, criticando qualquer tentativa estruturada de retração da produção industrial mundial, de redução das emissões atmosféricas ou de desenvolvimento de fontes renováveis de energia. As tentativas de uma coalisão mundial no debate por soluções ambientais promovidas por órgãos internacionais, como o IPCC, são constantemente motivo de críticas por parte destes grupos econômicos (VEIGA e VALE, 2008).

Nesse quadro, caberia uma mudança conceitual no modo de produção adotado até então, para que os envolvidos possam realmente assumir um compromisso para a redução da poluição e o aumento da utilização de fontes de energia renováveis. O debate mundial sobre a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável cresce consideravelmente a cada ano, mobilizando empresas e organismos internacionais em torno de uma preocupação com a vida na terra.

Sob o ponto de vista gerencialista, Lash e Wellington (2007) defendem que as mudanças climáticas sejam tratadas pelas empresas como uma oportunidade de diferenciação no mercado, visto que, atualmente, o mercado consumidor já identificaria certa vantagem em consumir produtos e serviços de empresas que desenvolvem práticas de sustentabilidade ambiental, de modo a reduzir o impacto causado pelo seu processo produtivo e, de alguma forma, auxiliando na redução ou, pelo menos, na desaceleração do aquecimento global.

De modo similar, Wittneben *et al.* (2012) sugerem que as mudanças climáticas não são apenas um problema ambiental que necessita de soluções técnicas e gerenciais, mas sim um problema de ordem política que exige o engajamento ativo de agências governamentais, associações industriais, organizações não governamentais (ONG's) além da ação organizada da sociedade civil para sua resolução. Mesmo porque ainda é visível por parte dos governantes e as grandes organizações a utilização do conceito de desenvolvimento sustentável para justificar a intensificação da exploração do trabalho, da geração da poluição e da degradação ambiental para alcançar níveis cada vez maiores de lucro financeiro (BANERJEE, 2003).

3. As Negociações Internacionais sobre o Aquecimento Global

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é defendida por muitos autores como a preocupação das organizações empresariais com fatores que vão além do interesse econômico, desenvolvendo uma preocupação com o social e com o ambiental, através de práticas que contribuam para garantir a continuidade dos recursos naturais e melhores condições de vida para a sociedade (BREI e BOHM, 2011).

A identificação da importância do conceito de RSC acarretou numa corrida pela resolução dos problemas ambientais globais, bem como fortaleceu as discussões sobre a importância da sustentabilidade e de práticas que estimulem a preservação ambiental. O comprometimento de órgãos internacionais como: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e organizações não-governamentais (ONG's), com causas ambientais incentivaram ainda mais os debates sobre a busca conjunta por estas soluções, mas visto que “nenhum país tem o poder ou capacidade de enfrentar sozinho muitos dos problemas mencionados” (OLIVEIRA, 2008; FORTANIER e KOLK, 2007), eles procuram em conjunto debater soluções viáveis para os problemas ambientais por meio de acordos internacionais que têm a função de determinar as diretrizes de ação e os responsáveis para tentar resolver os problemas.

Por outro lado, Banerjee (2008) argumenta que o discurso desenvolvido acerca da RSC se configura como uma falácia para encobrir os verdadeiros interesses das organizações com o lucro, a exploração do trabalho, a degradação ambiental e o incentivo ao consumismo. Nessa perspectiva, as organizações atuam como “pessoas invisíveis” que são criadas para satisfazer o desejo de dominação econômica de seus acionistas, cabendo ao poder público viabilizar esta prática através da legislação e de licenças de funcionamento.

Segundo a vertente crítica, Misoczky e Bohm (2012, p. 548) afirmam que o “capitalismo verde pode ser considerado como um meio de suavizar os impactos ambientais da exploração capitalista da natureza, ou criticado como um mero portfólio ambiental para a exploração sustentada”. Enquanto Wittneben *et al.* (2012) defendem que instrumentos de controle do clima (*Climate Policy*) são um reflexo do poder e da autoridade de atores internacionais que avaliam os impactos causados pelas mudanças climáticas, visto que direta ou indiretamente, as mudanças climáticas causam impactos econômicos, culturais e políticos.

Segundo Banerjee (2008) as organizações deveriam exercer os princípios da RSC em sua concepção primária, e não apenas utilizar estes preceitos para melhorar sua imagem junto aos consumidores. Na ânsia de transparecer responsabilidade socioambiental, relatórios gerenciais e indicadores ambientais são constantemente apresentados por CEO's, Governos,

ONG's e Acadêmicos para a sociedade para demonstrar os “benefícios” gerados através destas práticas.

Desta forma a evolução dos conceitos baseados na sustentabilidade ambiental, ou seja. Desde a visão mercantilista do desenvolvimento sustentável até uma ideia mais humanista trazida pela economia verde, se propõem a adotar novas perspectivas que contribuam (em maior ou menor níveis) para preservação dos recursos naturais e a manutenção da vida no planeta.

Estas novas estratégias internacionais poderiam ainda contribuir para a redução do aquecimento global, visto que esta preocupação com o clima vem sendo incansavelmente discutida nas últimas décadas sem uma perspectiva real de se chegar a um acordo que possa realmente definir metas para a redução das emissões atmosféricas e da poluição, como foi visto em conferências como a Eco-92 e na Rio+20 (MISOCZKY e BOHM, 2012).

Brei e Bohm (2011) concordam com a visão de que as práticas socioambientais estão ligadas diretamente a objetivos econômicos e não, como apresentado aos consumidores, objetivos sociais. No estudo por eles conduzido evidencia-se que as estratégias de marketing utilizadas por grandes corporações que por exemplo, que promovem uma imagem social ao incentivarem doações financeiras para combater a fome na África através da comercialização de água engarrafada, se caracterizam apenas como uma tentativa antiética de ludibriar os consumidores através de uma imagem enganosa de ajuda humanitária e melhor qualidade de vida.

A RSC pode então confundir os conceitos de Democracia com Capitalismo, visto que os Países Desenvolvidos adotam um sistema global baseado nas necessidades do capital privado, incluindo a proteção deste capital e do “livre acesso” ao mercado internacional. Neste contexto, a “Democracia” está mais relacionada com os interesses econômicos do que com o meio ambiente ou as necessidades básicas da sociedade (BANERJEE, 2008).

Com a proposta de um modelo conceitual que envolva a RSC e a governança das organizações, Banerjee (2014) busca uma alternativa de intervenção em múltiplos níveis e múltiplos atores, que tratariam a governança e a RSC além das aplicações adotadas atualmente. Em tal modelo, o objetivo consistiria em integrar o mercado, o Estado e a sociedade civil em prol de uma mudança significativa das ações organizacionais que atuam em uma perspectiva socioambiental, através da regulação e fiscalização de suas atividades produtivas.

Desta forma são identificadas deficiências na concepção de um modelo econômico que prima pela defesa do social e do ambiental por parte dos países desenvolvidos e principais atores nas negociações internacionais. Além disso ficam evidentes as limitações quanto a efetividade dos resultados propostos por acordos internacionais negociados nas COP's, como por exemplo a fragilidade da implementação das metas por alguns países, a disparidade econômica entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e a falta de um sistema ou órgão internacional com a função de punição e incentivos.

3.1 O Panorama da Conferência das Partes (COP)

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) consiste em um encontro composto por delegações de 130 países para prover avaliações regulares sobre a mudança climática. Foi criado em 1988, da percepção de que a ação humana poderia exercer forte influência sobre o clima do planeta e que seria necessário acompanhar esse processo (OLIVEIRA, 2008). Constituído como parte integrante da Organização das Nações Unidas (ONU), o IPCC tornou-se uma das referências mais citadas nas discussões sobre mudança climática e recentemente, divulgou um relatório sobre a temática do aquecimento global que alerta a comunidade internacional sobre os riscos e a importância que esta temática contempla na economia mundial e na manutenção da sociedade como a conhecemos.

A resposta política internacional à mudança climática começou na *Rio Earth Summit* em 1992 (ECO92), incluindo a adoção da *UN Framework*

on *Climate Change* (UNFCCC). Esta convenção estabeleceu um quadro de ação destinado a estabilizar as concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa (GEE) para evitar uma interferência antropogênica perigosa com o sistema climático. A UNFCCC, que entrou em vigor em 21 de março de 1994, tem agora uma adesão quase universal de 195 partes. O principal objectivo da Conferência anual das Partes (COP) é revisar a implementação da Convenção (COP21 PARIS, 2015)

O IPCC define a mudança climática como uma variação estatisticamente significativa em um parâmetro climático médio ou sua variabilidade, persistindo em um período extenso (tipicamente décadas ou por mais tempo). A mudança climática pode ser devido a processos naturais ou forças externas ou ainda devido a mudanças persistentes causadas pela ação do homem na composição da atmosfera ou do uso da terra e, segundo o “*Climate Change 2007*” IPCC *Fourth Assessment Report*, os principais pontos de discussão sobre as mudanças climáticas são:

1. O aquecimento do sistema climático é concreto e inequívoco;
2. A maioria dos aumentos observados na temperatura média global desde meados do século XX são muito parecidos aos aumentos observados nas concentrações de gases do efeito estufa;
3. O aquecimento global e o aumento do nível dos oceanos continuarão a se elevar por séculos, devido às escalas de tempo associadas aos processos climáticos e de realimentação, mesmo se a concentração dos gases do efeito estufa permanecer estabilizada.
4. A probabilidade de que isto seja causado apenas por processos climáticos naturais é menor que 5%;
5. A temperatura mundial poderá aumentar entre 1,1 e 6,4 °C durante o século XXI;
6. O nível do mar provavelmente se elevará entre 18 a 59 cm;
7. Há um nível de confiança maior que 90% de que haverá mais derretimento glacial, ondas de calor e chuvas torrenciais;
8. Há um nível de confiança maior que 66% de que haverá um aumento nas secas, ciclones tropicais e marés altas elevadas;
9. Tanto a emissão passada como a futura de CO₂ continuarão a contribuir para o aquecimento e o aumento do nível dos oceanos por mais de mil anos;
10. Concentrações atmosféricas globais de dióxido de carbono, metano, e óxido nitroso têm aumentado significativamente como resultado de atividades humanas desde 1750.

A preocupação mundial com as mudanças climáticas alcançou níveis preocupantes após a publicação dos dados do IPCC, ocorrendo assim uma pressão dos *stakeholders* internacionais para que fossem tomadas medidas e começassem as negociações para se buscar uma solução para o problema (OLIVEIRA, 2008). Destas negociações surgiram acordos internacionais que visam principalmente a mensuração e o controle dos efeitos ao meio ambiente causados pela ação do homem e a busca por soluções sustentáveis para resolver estes problemas.

As negociações internacionais continuaram no âmbito das Nações Unidas por meio das Conferências das Partes (COP's), que são fóruns sobre mudanças climáticas onde as deliberações são operadas por meio de consenso entre os representantes dos governos de todos os países que ratificaram os acordos. Ao final do evento, uma série de decisões é adotada, encaminhando os trabalhos do ano seguinte, que culminam na próxima COP, seguindo uma agenda durante o ano, com vários encontros e sessões de seus órgãos subsidiários. A tabela 1 apresenta as principais contribuições destes eventos para as negociações internacionais sobre as mudanças climáticas.

Tabela 1: Desenvolvimento histórico das Conferências das Partes (COP's) de 1995 a 2008:

EVENTO	ANO	LOCAL	CONSIDERAÇÕES
COP 01	1995	Berlim, Alemanha	Iniciou o processo de negociação de metas e prazos específicos para a redução de emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos.
COP 02	1996	Genebra, Suíça	É acordada a criação de obrigações legais de metas de redução por meio da Declaração de Genebra.
COP 03	1997	Quioto, Japão	Aprovado o Protocolo de Quioto, que obedeceu às diretrizes do mandato de Berlim e deu maior ênfase às metas quantitativas como forma de minimizar os custos de mitigação em cada país. Estabelecimento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que viabiliza tanto a diminuição de emissões em países desenvolvidos quanto a transferência de recursos destes aos países em desenvolvimento.
COP 04	1998	Buenos Aires, Argentina	O Plano de Ação de Buenos Aires é elaborado, visando a programar e ratificar o Protocolo de Quioto.
COP 05	1999	Bonn, Alemanha	Deu continuidade aos trabalhos iniciados em Buenos Aires.
COP 06	2000	Haia, Holanda	As negociações são suspensas pela falta de acordo entre, especificamente, a União Europeia e os Estados Unidos, em assuntos relacionados a sumidouros de carbono e às atividades de mudança do uso da terra.
COP 06 1/2	2001	Bonn, Alemanha	As negociações são retomadas, porém, com a saída dos Estados Unidos do processo de negociação, sob a alegação de que os custos para a redução de emissões seriam muito elevados para a economia americana. Os EUA também contestaram a inexistência de metas para os países em desenvolvimento.
COP 07	2001	Marrakech, Marrocos	
COP 08	2002	Nova Deli, Índia	Iniciou discussão sobre o estabelecimento de metas para uso de fontes renováveis na matriz energética dos países.
COP 09	2003	Milão, Itália	Entra em destaque a questão da regulamentação de sumidouros de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).
COP 10	2004	Buenos Aires, Argentina	São aprovadas as regras para a implementação do Protocolo de Quioto e discutidas questões relacionadas à regulamentação de projetos de MDL de pequena escala de reflorestamento/florestamento, o período pós-Quoto e a necessidade de metas mais rigorosas.
COP 11	2005	Montreal, Canadá	Primeira conferência realizada após a entrada em vigor do Protocolo de Quioto. Pela primeira vez a questão das emissões oriundas do desmatamento tropical e mudanças no uso da terra são aceitas oficialmente nas discussões no âmbito da Convenção.
COP 12	2006	Nairóbi, Quênia	Representantes de 189 nações assumem o compromisso de revisar o Protocolo de Quioto, e regras são estipuladas para o financiamento de projetos de adaptação em países pobres. O governo brasileiro propõe oficialmente a criação de um mecanismo que promova efetivamente a redução de emissões de gases de efeito estufa oriundo do desmatamento em países em desenvolvimento.
COP 13	2007	Bali, Indonésia	Pela primeira vez a questão das florestas é incluída no texto da decisão final de uma conferência, com recomendação para que seja considerada no próximo tratado climático. Nessa reunião, foi criado o <i>Bali Action Plan</i> (Plano de Ação de Bali) no qual os países passam a ter prazo até dezembro de 2009 para elaborar os passos posteriores à expiração do primeiro período do Protocolo de Quioto (2012).
COP 14	2008	Poznan, Polônia	Países em desenvolvimento emergentes, como Brasil, China, Índia, México e África do Sul sinalizaram uma abertura para assumir compromissos na redução das emissões de carbono, embora não tenham falado em números. Os países desenvolvidos não colocaram nenhuma proposta concreta na mesa. Especialistas consideraram que as discussões foram lentas diante da urgência de se estabelecer um novo acordo global.

COP 15	2009	Copenhagen, Dinamarca	Havia uma expectativa de que as nações ricas assumissem metas de redução de 25% a 40% de seus níveis de emissão em relação ao ano de 1990, até 2020. E para as nações em desenvolvimento, o compromisso deveria ser de crescer baseadas em um modelo de economia com a utilização de baixos níveis de carbono intensivo, bem como a apresentação de ações que sejam mensuradas, reportáveis e verificáveis, comprovando assim seu compromisso.
COP 16	2010	Cancun, México	Buscou debater o futuro das mudanças climáticas e ainda um acordo vinculativo para substituir o Protocolo de Quioto, que resulte em regras para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa no mundo.
COP 17	2011	Durban, África do Sul	Debatedo sobre o futuro da energia no mundo e buscou o compromisso dos países industrializados para reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO2).
COP 18	2012	Doha, Catar	A definição de uma extensão para o Protocolo de Kyoto, visto que as metas estipuladas anteriormente ainda não haviam sido alcançadas. Temas como o financiamento pelas “nações ricas” para auxiliar países em desenvolvimento no combate às mudanças climáticas não se concretizaram. De maneira geral, a crise econômica mundial e a falta de recursos foram os argumentos utilizados para que os compromissos firmados em COPs anteriores não saíssem do papel.
COP 19	2013	Varsóvia, Polónia	Propunha que os governos preparassem projetos reduzir a emissão gases-estufa, mas estes projetos não se concretizaram e deveriam ser integradas ao novo acordo global ainda a ser definido no futuro.
COP 20	2014	Lima, Peru	As delegações de 196 países aprovaram o "rascunho zero" de um futuro acordo global do clima depois que as nações mais ricas fizeram concessões. O documento ressalta a culpa histórica de emissões de gases-estufa, o que atribui aos países desenvolvidos mais responsabilidades em comparação aos países em desenvolvimento.

Fonte: Adaptado de Mudanças Climáticas (2015)

Do exposto, constata-se que o IPCC inicia o processo de negociações de metas e prazos para a redução das emissões atmosféricas em 1995, na Alemanha. Mas somente em 1997 o Protocolo de Quioto é aprovado no Japão com uma definição mais clara destas metas, e ainda propõe Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) visando uma alternativa para a viabilidade destas propostas.

A Conferência de Nova Deli, em 2002, é marcada pela discussão de metas para a utilização de fontes de energia renováveis e, em 2007, foi criado o *Bali Action Plan* na Indonésia que incluía a questão do desmatamento das florestas tropicais e estipulava um *dead line* em dezembro de 2009 para que os países membros estipulassem ações posteriores ao prazo estipulado pelo Protocolo de Quioto. E em 2012 foi definida em Doha uma extensão das metas propostas no Japão, bem como alternativas para que os países desenvolvidos financiassem países em desenvolvimento em projetos que reduzissem os efeitos do aquecimento global.

A próxima Conferência das Partes a ser realizada em Paris (2015 – COP 21) se propõe a definir um novo acordo internacional com o estabelecimento de metas reais para a redução das emissões e uma maior utilização de fontes renováveis de energia como estratégias para a diminuição dos impactos causados pelo aquecimento global.

Existe uma grande expectativa na comunidade internacional de que seja possível uma convergência entre as necessidades globais no combate às mudanças climáticas e a produção industrial de países como EUA, China e Índia, alinhando os objetivos determinantes para se alcançar um ponto de equilíbrio entre estes fatores e que se possa definir claramente alternativas viáveis para a estabilização do aquecimento global. Ou seja, um resultado diferente do que já foi visto em edições anteriores onde se promove muita especulação, mas não se chega a uma

definição concreta de responsabilidades ou mesmo de um plano de ação para a resolução deste problema.

4. Metodologia

O ensaio permite uma reflexão de diversas direções do saber para levar o leitor a uma concatenação lógica de argumentos acerca de uma determinada “trilha do conhecimento” para a compreensão do objeto principal do estudo, mesmo não seguindo o formalismo da técnica científica tradicional (MENEQUETTI, 2011).

Severino (2007, p.206) caracteriza o ensaio como uma “exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal” e enfatiza que mesmo possibilitando uma maior liberdade para o autor, este método de pesquisa precisa defender determinada posição ideológica para alcançar os objetivos desejados.

Meneguetti (2011, p. 323) defende que “o ensaio não requer um sistema ou modelo específico, pois, seu princípio está nas reflexões em relação aos próprios sistemas ou modelos. Permite a busca de novos enfoques e interação permanente com os próprios princípios da forma”.

Para a construção deste ensaio, foi realizada uma pesquisa qualitativa bibliográfica descritiva (SEVERINO, 2007) com análise de conteúdo de artigos científicos e *web sites* que apresentavam a temática do aquecimento global, da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e da Economia Verde como forma de identificar os avanços no debate mundial sobre as Mudanças Climáticas e a expectativa que envolve a Conferência do Clima de Paris (COP – 21), através de um panorama sobre as conferências anteriores do IPCC e os resultados obtidos nessas negociações durante os 20 anos de realização deste evento.

5. Apresentação e Análise dos Resultados

O conceito do Desenvolvimento Sustentável proposto no Relatório *Brundtland* é visto atualmente como uma utopia de modo que não se concebe a mercantilização da natureza e da elevação da produção industrial como uma alternativa viável para a preservação dos recursos naturais e erradicação da pobreza (MISOCZKY e BOHM, 2012; MANCILLA e CARRILLO, 2011). O mesmo ocorre com a Economia Verde, que se caracteriza por uma “proposta que visa dinamizar os efeitos composição e tecnologia para conciliar crescimento econômico com qualidade ambiental e inclusão social” como uma grande falácia, para ludibriar a sociedade e encobrir os reais objetivos destas práticas mercantilistas: o lucro (MISOCZKY e BOHM, 2012, p. 557).

Em 2012 foi realizada no Rio de Janeiro a RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de avaliar os resultados ambientais estipulados anteriormente pelo Protocolo de Kyoto de 1997, que estipulava metas para a redução da poluição pelos países desenvolvidos e instituiu mecanismos para a compensação da poluição através do financiamento de projetos sustentáveis em todo o mundo (Mercados de Carbono) (MISOCZKY e BOHM, 2012). Além de tratar do conceito de Economia Verde no contexto de Desenvolvimento Sustentável e da erradicação da pobreza, e ainda, de um marco institucional para o Desenvolvimento Sustentável (MANCILLA e CARRILLO, 2011).

O Protocolo de Quioto também estabelecia a criação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) como uma estratégia para diminuir os impactos ambientais causados até então pela humanidade. Este mecanismo permite que os países industrializados possam adquirir certificados de emissões dos países em desenvolvimento, ou Emissão e aprovação das reduções certificadas de emissões (RCE’s). Desta forma é possível flexibilizar as maneiras dos países industrializados de cumprir com seus compromissos, bem como a

existência do incentivo econômico aos países em desenvolvimento que realizam projetos de redução de emissões e buscam a adoção de fontes de energia mais limpas (OLIVEIRA, 2008).

Existe atualmente um crescente mercado de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (o chamado mercado de carbono), com uma negociação anual nesses ativos avaliados em dezenas de bilhões de dólares. Mesmo nos Estados Unidos, que participa junto com o resto do mundo desenvolvido na regulação destas emissões, o debate está mudando gradativamente no sentido de que se a mudança climática deve realmente ser regida por uma legislação mundial e quais os termos financeiramente aceitáveis desta regulação (LASH e WELLINGTON, 2007, p. 2. Livre tradução).

Mas na prática o Mercado de Carbono, onde são negociados os MDL's, não passam de “soluções” propostas por países desenvolvidos para esconder os reais objetivos financeiros por trás do “desenvolvimento sustentável” (WITTNEBEN *et al.*, 2012).

O fato é que quase 20 anos e centenas de Conferências e Encontros depois da ECO-92, depois de milhares de páginas de resoluções, declarações e protocolos, a situação ambiental do planeta continua se deteriorando. Em uma aparente contradição, a Rio+20 ficou marcada pelo aprofundamento e expansão da comercialização e mercantilização do ambiente natural e seus serviços (MISOCZKY e BOHM, 2012, p. 556).

Desta forma, a Rio+20 ficou caracterizada como uma grande “mesa de negociações comerciais” onde os países dominantes propunham alternativas economicamente viáveis para que continuassem a poluir de maneira indiscriminada, sem realmente demonstrar o interesse com a preservação ambiental ou mesmo na definição de metas reais para redução das emissões atmosféricas. O que se viu na verdade foi uma grande “propaganda política” realizada pelo governo brasileiro, a fim de promover a imagem dos países desenvolvidos e grandes multinacionais, principalmente dos setores de energia e petróleo e gás.

Havia uma expectativa para que a Conferência de Copenhague (COP 15) realizada em 2009, fosse diferente das anteriores, pois se esperava um compromisso concreto de países como EUA e China na definição de metas para a redução das emissões atmosféricas, mas este evento é descrito atualmente, como uma “falha espetacular” visto que o único ponto de convergência alcançado foi que se a temperatura global se elevar acima dos 2° Celsius teremos consequências catastróficas para o clima. Pois mesmo com essa grande expectativa gerada pela sociedade e comunidade acadêmica de uma “renovação do protocolo de Kyoto” ou mesmo um “compromisso global” para a redução da poluição, as indústrias de óleo e gás continuam queimando as reservas de petróleo, com o aval do poder público, como tão pouco investiram na exploração de energias renováveis (WITTNEBEN *et al.*, 2012).

Desde então diversas foram as tentativas de um acordo internacional, onde se obtivesse uma clara definição do compromisso dos países dominantes em relação à preservação do meio ambiente e a manutenção de níveis mais baixos de poluição, mas pouco se evoluiu nesta discussão sobre o clima do planeta, o que nos permite supor que a COP 21 será mais uma conferência em que muito é discutido, mas pouco é feito no que diz respeito à preservação do planeta.

6. Considerações Finais

O próximo encontro internacional para debater o clima (COP 21) será realizado em 2015 em Paris, na França, e já existe uma grande expectativa para que este seja diferente dos anteriores. Devido a evolução das negociações internacionais nos últimos anos, existe a possibilidade de se firmar um acordo para a definição de metas de redução das emissões de GEE pelos países desenvolvidos na Conferência de Paris (JACOBY e CHEN, 2014).

No encerramento do último encontro de líderes do G7, grupo de países industrializados (EUA, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Japão) que ocorreu em junho deste ano, Angela Merkel (Chanceler Alemã) “destacou que os chefes de Estado e governo do G7 fizeram um claro reconhecimento de que o objetivo da comunidade internacional deve ser não superar este limite de aquecimento, que os cientistas consideraram como o teto aceitável sem graves consequências” (EXAME, 2015). Demonstrando assim uma tendência de que os países do G7 estariam dispostos a aumentar as contribuições ao Fundo Verde do Clima (mecanismo de financiamento para países afetados pelo aquecimento global) e uma possível abertura nas negociações da Cúpula de Paris.

A principal expectativa da Conferência do Clima de Paris, é a de alcançar um acordo universal sobre o clima, com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2°C. Desta forma, a França procura desempenhar um papel de liderança internacional em sediar esta conferência. Com uma previsão de cerca de 50 mil participantes, incluindo 25 mil delegados oficiais de governo, organizações intergovernamentais, agências da ONU, ONGs e sociedade civil, a COP 21 será uma das maiores conferências internacionais já realizadas no país (COP21 PARIS, 2015).

O foco deste evento é atuar em setores econômicos específicos que são responsáveis por grandes impactos ambientais em relação as emissões atmosféricas (GEE) tais como Energia Elétrica e Transportes. Desta forma, é de suma importância alcançar um compromisso de países como EUA, China e Índia na definição de metas reais para a redução das emissões em curto-médio espaço de tempo (JACOBY e CHEN, 2014).

No cenário atual em que se aproxima a Conferência de Paris, o posicionamento dos países desenvolvidos tem demonstrado certa aderência a uma coalisão dos objetivos com o IPCC para a realização de um acordo sobre as mudanças climáticas, mas tendo em vista as diversas tentativas frustradas de um resultado real para a problemática do clima, ainda parece longe de resultado concreto ou definitivo. Pois um acordo firmado na COP21 provavelmente não deverá reduzir as emissões globais até 2050, mas deverá levantar questões sobre medidas de acompanhamento no desenvolvimento de um novo Regime Climático Global (JACOBY e CHEN, 2014).

Apesar de uma evolução no teor das negociações, ainda não existe qualquer garantia de se firmar um acordo concreto e restritivo que promova uma redução considerável das emissões atmosféricas em nível internacional, principalmente com a participação efetiva dos países desenvolvidos. Ao que parece, a realização da COP21, deverá se concretizar como outro fiasco, como em Copenhagem, e nos apresentar um “novo Protocolo de Kioto” com metas inalcançáveis e sem qualquer compromisso por parte dos grandes poluidores do planeta.

7. Referências Bibliográficas

- BANERJEE, S. B. *A critical perspective on corporate social responsibility: towards a global governance framework*. **CPOIB**. n. 10, v. 1/2, p. 84-95, 2014.
- _____. *Corporate Social Responsibility: the good, the bad and the ugly*. **Critical Sociology**. n. 34, v. 1, p. 51-79, 2008.
- _____. *Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature*. **Organization Studies**. v. 24, n. 1, p. 143-180, 2003

BERRY, M. A.; RONDINELLI, D. A. *Proactive corporate environmental management: Academy of Management Executive*, v.12, n.2. 1998

BREI, V.; BOHM, S. *Corporate Social Responsibility as cultural meaning management: a critique of the marketing of “ethical” bottled water. Business Ethics*. v. 20, n. 3, p. 233-252, 2011.

COP21 PARIS (2015). Disponível em: <http://www.cop21paris.org/> Acessado em:16/7/2015.

EXAME. G7 se compromete para que aquecimento global não supere 2°C (2015) Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/g7-se-compromete-para-que-aquecimento-global-nao-supere-2c> Acessado em:15/7/2015.

FORTANIER, F.; KOLK, A. *On the Economic Dimensions of Corporate Social Responsibility Exploring Fortune Global 250 Reports Business & Society* v. 46, n. 4, p. 457-478, 2007

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. “Climate Change 2007” IPCC Fourth Assessment Report. Disponível em: [http://ipcc/ch](http://ipcc.ch). Acessado em 23 de maio de 2015.

JACOBY, H.; CHEN, H. Expectations for a new climate agreement. (2014). Disponível em: http://globalchange.mit.edu/files/document/MITJPSPGC_Rpt264.pdf. Acessado em: 20/7/2015.

JESWANI, H. K.; WEHRMEYER, W.E MULUGETTA, Y. *How Warm Is the Corporate Response to Climate Change? Evidence from Pakistan and the UK. Business Strategy and the Environment*. v. 18, p. 46–60, 2008

KAUFFELD, Rich; MALHOTRA, Abhishek; HIGGINS, Susan. *Green is a strategy. Strategy and Business*. (2009) Disponível em: <http://www.strategy-business.com/article/00013?gko=e5d36> Acessado em 30 de maio de 2015.

LANDER, E. *La economía verde: el lobo se viste con piel de cordero*. Transnational Institute, 2011.

LASH, J.; WELLINGTON, F. *Competitive advantage on a warming planet. Harvard Business Review*. March, 2007.

LEFSRUD, L.; MEYER, R. *Science or science fiction? professional’s discursive construction of climate change. Organization Studies*. v. 33, n. 11, p. 1477-1506, 2012.

LINDNER, M.; FITZGERALD, J.; ZIMMERMANN, N.; REYER,C.; DELZON, S.; MAATEN, E.; SCHELHAAS, M.; LASCH, P.; EGGERS, J.; MAATEN-THEUNISSEN, M.; SUCKOW, F.; PSOMAS, A.; POULTER, B.; HANEWINKEL, M. *Climate change and European forests: what do we know, what are the uncertainties, and what are the implications for forest management? Journal of Environmental Management*. 146, p. 69-83, 2014.

MANCILLA, A. S; CARRILLO, S. M. *La economía verde desde una perspectiva de américa latina*, 2011.

MENEGUETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

MISOCZKY, M. C.; BOHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. v.10, n.3, artigo 5, **Cad. EBAPE.BR**, 2012

Mudanças Climáticas (2015). Disponível em: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/> Acessado em : 14/7/2015.

NASA. Disponível em: climate.nasa.gov/scientific-consensus/. Acessado em: 30 de maio de 2015

OLIVEIRA, Jose Antonio Puppim de. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

ROSTON, E.; MIGLIOZZI, B. What’s really warming the world? Bloomberg Business (2015). Disponível em: <http://www.bloomberg.com/graphics/2015-whats-warming-the-world/> Acessado em 17/7/2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007

VEIGA, J.; VALE, P. (2008). Baixaria sobre o aquecimento global. Folha de São Paulo. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2509200808.htm. Acessado em 6/7/2015.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, 2012.

WITTNEBEN, B.; OKEREKE, C.; BENERJEE, S.; LEVY, D. *Climate change and the emergence of new organizational landscapes*. **Organizations Studies**. v. 33, n. 11, p. 1431-1450, 2012.